



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria de Planejamento e Gestão

UNIDADE: Companhia Paulista de Obras e Serviços – CPOS

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Cópia de atas de Conselho de Administração. Indicação genérica de consulta ao Diário Oficial. Provimento recursal.

DECISÃO OGE/LAI nº 114/2018

1. Tratam os presentes autos de pedido formulado à Companhia Paulista de Obras e Serviços – CPOS, número SIC em epígrafe, para a obtenção de cópias das atas do Conselho de Administração de 2010 até 2018.
2. Em resposta recursal, o ente afirmou que as atas são publicadas no Diário Oficial, e forneceu o contato da Imprensa Oficial para consulta. Insatisfeito, o solicitante apresentou o presente recurso cabível a esta Ouvidoria Geral, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. Primeiramente, recorda-se que a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, XXXIII, assegura ao cidadão o direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse, público ou particular. A Lei nº 12.527/2011, regulamentada no âmbito do Estado de São Paulo pelo Decreto nº 58.052/2012, veio dar concretude a esse direito, bem como ao princípio da publicidade, a iluminar todos os atos da administração pública, buscando assegurar o acesso a dados, documentos e informações disponíveis e custodiadas pelo Estado, nos termos do artigo 11.
4. No caso em tela, o acesso às informações requeridas parece estar assegurado pela Lei, não tendo sido apresentado até o momento qualquer argumento com vistas a excepcionar o paradigma de transparência promovido pela legislação vigente.
5. Vale dizer que a demanda poderia ter sido já atendida se o endereço eletrônico indicado para consulta fosse específico e detivesse os dados almejados, e não genérico, incapaz de propiciar o caminho exato para a obtenção das informações indicadas no pedido. Conforme entendimento da Ouvidoria Geral do Estado, a mera indicação, genérica ou imprecisa, do Portal da Transparência, de página da internet ou do Diário Oficial, como base de pesquisa, não exime o ente do dever de conceder ao cidadão a informação pública solicitada. Diferente seria, naturalmente, se apontado o exato endereço eletrônico ou enviado o link direto para a informação, hipóteses que não ocorreram no caso em análise.

5



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

6. Diante do exposto, constatada a falta de atendimento da demanda até o presente momento, com indicação imprecisa das informações em transparência ativa, e ausente qualquer justificativa para afastar a regra geral da publicidade, **conheço do recurso**, e no mérito, **dou-lhe provimento**, com fundamento nos artigos 11, caput, e 20, incisos I e IV, do Decreto nº 58.052/2012, devendo-se, nos termos do §2º do artigo 20 do Decreto nº 58.052/2012, adotar as providências necessárias para dar cumprimento ao disposto na Lei nº 12.527/2011 e no aludido Decreto, conforme esta decisão.
7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 29 de março de 2018.


GUSTAVO UNGARO
OUVIDOR GERAL DO ESTADO